**MARACANAÚ: ONDE ESTÃO OS INDÍOS? – compreendendo em uma perspectiva multidimensional a formação étnico-racial de um município cearense através da análise identitária indígena e não indígena de alguns de seus atores sociais.**

CAVALCANTE, George Sousa

Professor de História do ensino básico e mestrando do programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). [georgeunilab@gmail.com](mailto:georgeunilab@gmail.com) .

Resumo:

Propomos na presente pesquisa analisar a construção identitária de algumas pessoas que se auto definem como indígenas e de algumas pessoas que não se auto definem como indígenas, objetivando compreender a formação étnico-racial de Maracanaú a partir de um olhar que transcenda a dimensão demográfica e fenotípica; considerando, também, as dimensões históricas e socioculturais dos atores sociais pesquisados – no tocante a sua pertença étnica-racial. A problematização aqui considerada é decorrente da aparente discrepância observada entre os dados demográficos – apontando um baixo percentual de pessoas que se auto definem indígenas em Maracanaú – e a representação simbólica maracanauense ligada à figura dos povos Pitaguarys. Partindo desta observação, despertou-se a curiosidade sobre o processo de formação étnico-racial da cidade em questão, tomando como pressuposto a “invisibilização” histórico-social do índio e do negro no constructo do povo cearense, suscitando a seguinte questão: será que esta invisibilidade tem alguma relação com a inexpressiva quantidade de pessoas que se auto definem como índios em um município onde, paradoxalmente, a questão indígena é tão emblemática? Optou-se, como fundamentação teórica, em dialogar com algumas teorias: Teoria da Complexidade, Teoria Crítica da Raça e as Teorias da Etnicidade. Para alcançar o fim almejado utilizaremos a história de vida e a história oral como ferramentas metodológicas de investigação da hipótese presumida. Contribuindo assim com uma análise crítica da formação étnico racial local e, por conseguinte, regional; combatendo, através de uma postura teórica militante, a desvalorização conceitual dos povos indígenas.

**Palavras chave**: indígena. Maracanaú. Étnico-racial. Invisibilidade.

Introdução

Nossa abordagem aqui proposta parte da construção teórico-metodológica interdisciplinar, como resultado das discussões, das leituras e dos estudos propiciados pelas aulas do programa de mestrado interdisciplinar em humanidades promovido pela Unilab. Em um primeiro momento propomos explicitar o nosso objeto de pesquisa com seu objetivo, com sua justificativa e com sua hipótese suscitada a partir das questões problematizadas, apresentando para esse fim as referências de estudos e pesquisas anteriores na linha hipotética sugerida. No segundo momento apresentaremos os paradigmas, as teorias, as metodologias e os métodos que serão utilizados na pesquisa em foco. Ressaltamos que nesse artigo nos restringimos tão somente à construção teórico-metodológica da pesquisa focada, deixando assim, propositalmente, para outra abordagem a revisão bibliográfica sobre a temática étnico-racial brasileira (especificamente cearense), assim também como a pesquisa de campo que investigará e analisará a formação étnico-racial específica do município de Maracanaú.

Assim posto, convidamos você a trilhar conosco a construção dos fundamentos teórico-metodológico da pesquisa apontada no titulo desse artigo.

1. A proposta da pesquisa: objeto, objetivo, justificativa, problematização e hipótese.

Antes de qualquer coisa, entendemos ser relevante apontar algumas situações norteadoras do nosso objeto de pesquisa que se constitui na formação étnico-racial de um município do Ceará (Maracanaú) através da análise identitária de pessoas que se auto definem indígenas (escola e reserva indígenas dos Pitaguarys) e de pessoas que não se auto definem indígenas (escola convencional, não indígena), tendo como perspectiva a interdisciplinaridade. Em primeiro lugar é preciso justificar os fatores motivadores e instigantes que despertaram o nosso interesse pela investigação no campo do conhecimento supracitado. Lembrando que “a escolha do objeto de estudo dependerá de uma multiplicidade de razões [...]” (PIMENTA, 2013. p. 132). Uma dessas razões resultou de um debate em sala de aula – com alunos do nono ano do ensino Fundamental II da Escola Rachel de Queiroz (situada no município de Maracanaú, região metropolitana de Fortaleza, distante, aproximadamente, 20 km da capital) – acerca da “invisibilidade” do negro e do “desaparecimento” do indígena na formação étnico-racial do povo cearense, atendendo ao objetivo de se trabalhar, na disciplina de história, conteúdos que contemplassem as contribuições afro-indígenas no constructo histórico-cultural do Ceará e, por conseguinte, do Brasil.

Concomitante aos debates no espaço escolar de Ensino Fundamental, a presente pesquisa também foi norteada pelo contato com referências bibliográficas – que discutem criticamente a “extinção” do índio e a “inexpressiva” presença do negro na formação étnico-racial cearense a partir de pesquisas históricas e antropológicas recentes, contestando tal invisibilidade – no espaço acadêmico de nível superior do curso de bacharelado em Antropologia pela Unilab. No trânsito entre o ambiente escolar e o ambiente acadêmico universitário, entre o aprendizado do ensino de história e o aprendizado do ensino de antropologia, optamos em analisar a formação étnico-racial do município de Maracanaú (com suas referências indígenas, neste caso, ressalta-se a reserva e a escola indígenas dos Pitaguarys) pelo simples fato de ser o campo de atuação profissional do autor da pesquisa que será desenvolvida.

Sobre a cidade citada acima cabe aqui as seguintes informações: o município de Maracanaú localiza-se na região metropolitana, distante, aproximadamente, 20 km de Fortaleza, instalado em 31/01/1985, possuindo uma população estimada em 223.188 (2016) habitantes e com uma área da unidade territorial de 106. 648 km. Sendo que a população parda é de 133.660 pessoas, a população negra é de 9.624 pessoas e a população indígena é de 2. 200 pessoas[[1]](#footnote-1).

Diante dos dados supracitados problematizamos a formação étnico-racial desta cidade, considerando a aparente discrepância entre os fatores demográficos (com percentuais inexpressíveis de pessoas autodeclaradas indígenas) e a sua representação simbólica indígena. Salienta-se que este vínculo simbólico estabelece-se com os Pitaguaris, sendo, inclusive, sua reserva indígena um dos pontos turísticos do referido município. Observa-se ainda que o próprio nome da cidade advém do tupi, denotando “lagoa onde as maracanãs bebem”, em alusão à grande quantidade de aves que sobrevoavam suas lagoas durante o desenvolvimento do povoado. Além do mais é pertinente chamar a atenção para o fato das raízes históricas de fundação do citado município (1648) remeterem aos indígenas de Jaçanaú, Mucunã e Cágado, sendo que os nativos só perderam o controle da então chamada Aldeia Nova durante o ano de 1870. Entretanto, nota-se que – a partir dos dados demográficos do IBGE apresentados linhas atrás – a população autodeclarada indígena gira em torno de 1 % dos habitantes locais: percentual digno de uma reflexão crítica quando se pondera a respeito do processo de “caboclização” (processo de “assimilação” cultural dos índios cearenses pela população não indígena local, resultando no seu suposto desaparecimento) no contexto cearense da “invisibilização” sócio-histórica dos povos indígenas. Isso por si só já justificaria as seguintes indagações: onde estão os indígenas? Por que apenas uma minoria da população local se assume como indígena em um município no qual a questão indígena é tão emblemática? Como podemos compreender o processo de formação étnico-racial de Maracanaú, partindo de um olhar que transcenda as dimensões demográficas e fenotípicas, comtemplando, igualmente, as dimensões históricas e cultuais dos seus atores sociais?

Apesar da emergência étnica (resultando em grande visibilidade) nos últimos anos dos povos indígenas no Ceará, não se pode ignorar que a construção histórico-social-ideológica do processo de “caboclização” indígena tem influenciado de forma significativa na escolha da pertença étnica-racial não apenas local, mas também regional e, quiçá, nacional. Algo que possivelmente esteja relacionado com a hipótese da invisibilidade do índio no constructo étnico-racial de Maracanaú. Sobre esse quesito consideramos as seguintes pesquisas realizadas nesse viés: *A diferença negra e indígena no território* – observações acerca de Fortaleza e do Ceará; *Os povos invisíveis* – territórios negros e indígenas no Ceará; *Na mata do sabiá* – contribuições sobre a presença indígena no Ceará; *A presença indígena no Nordeste* – processo de territorialização, modos de reconhecimento e regime de memória; *No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é;* *Povos indígenas no Ceará* – Organização, memória e luta. Os dois primeiros artigos de Alex Ratts partem da premissa de que a “invisibilização” e “negação” do indígena e do negro na configuração atual do povo cearense podem ser contestadas através das observações de dados estatísticos antigos, de dados culturais, de movimentos políticos, de aspectos simbólicos no espaço urbano e, notadamente, pela presença no processo contínuo de significativas comunidades indígenas e de negros em solo cearense. No que se refere ao terceiro artigo (que faz parte do livro organizado pelo o antropólogo João Pacheco de Oliveira, intitulado A Presença Indígena no Nordeste – processos de territorialização, modos de reconhecimento e regime de memória), Carlos Guilherme Octaviano do Valle faz um levantamento histórico-cultural, abordando o processo de “caboclização” dos povos indígenas no Ceará, dentro de um recorte temporal situado no ocaso do regime imperial brasileiro – final do século XIX. Possibilitando a compreensão do processo de miscigenação e da pretensa assimilação que desembocaram na decretação oficial da “extinção” indígena na então província cearense. Nessa sequência de produções acadêmicas utilizadas como embasamento da pesquisa bibliográfica referente à hipótese considerada, destacamos as contribuições trazidas pelo Museu do Ceará, pela SECUT (Secretaria da Cultura) e pela IMOPEC (Instituto da Memória do Povo Cearense), no que diz respeito a uma coletânea (na forma de livro) organizada pelo antropólogo Estêvão Martins Palitot, sendo esta composta por quatorze artigos, três relatos de experiências, uma entrevista e um ensaio fotográfico. Tendo como pauta principal a história, a memoria e a emergência étnica dos povos indígenas do Ceará. Constituindo-se em um rico material historiográfico e etnográfico que aborda uma diversidade de povos, temas e nuanças da história e da vida cotidiana das populações indígenas cearense. Se propondo a demonstra, através da História e da Antropologia, sua presença histórica e cultural (quase sempre desvalorizada e ignorada, em que pese o indigenismo fundador da nacionalidade brasileira) na construção étnico-racial alencarina. Procurando assim fazer com que o cearense perceba sua “indiginidade” de forma bem mais próxima do que os relatos recalcados de parentesco remotos com índios, quase sempre atribuídos a gerações pregressas, dos quais fazemos questão de nos pensar distantes. Nesse sentido destacamos alguns artigos desta coletânea: Aldeamentos indígenas no Ceará do século XIX – revendo argumentos históricos sobre desaparecimento étnico (de Carlos Guilherme Octaviano do Valle); As perambulações – etnicidade, memória e territorialidade indígena na serra das matas (de Carmem Lúcia Silva Lima); O balanço da aldeia Pitaguary – no giro do maracá (de Elói Magalhães); As políticas de educação escolar “diferenciada” – a experiência de organização dos Pitaguary (de Flávia Alves de Sousa); “A história só sei que é esta, foi desse jeito...” – entrevista com Sr. Mariano Barata, Monte Nebo, Crateús, 1997 (de Ivo de Souza); Resistência Tremembé no Ceará – Depoimentos e Vivências (de Maria Amélia Leite); Povo Pitaguary na visão dos Pitaguary (de Maria Bernardete Alves Feitosa e Maria da Conceição Alves Feitosa). Ainda no tocante a pesquisa bibliográfica levantada, também nos baseamos na entrevista concedida pelo antropólogo (especialista em etnologia brasileira) Eduardo Viveiro de Castro para a equipe da ISA[[2]](#footnote-2), em 26 de Abril de 2006, na qual faz um reflexão sobre duas questões básicas: quem é índio no Brasil de hoje ? E o que define o pertencimento em uma comunidade indígena? Procurando assim criar uma definição mais ampla possível, considerando a auto definição daquele que está implicado no processo de reconhecimento e de pertença étnica, circunscrevendo a participação do antropólogo ao estabelecimento das condições teóricas e políticas para as comunidades indígenas interessadas articularem sua indianidade. Nessa linha de levantamento bibliográfico sobre a temática da invisibilidade do índio na formação étnico-racial cearense, achamos ainda importante destacar o trabalho do grupo – formado a partir de várias instituições afeitas ao campo indigenista no Ceará – que desenvolveu várias pesquisas a respeito da organização, memória e luta dos povos indígenas neste estado e que virou um livro organizado por Isabelle Braz Peixoto da Silva, intitulado Povos indígenas no Ceará – Organização, Memoria e Luta. Tendo como proposta proporcionar a compreensão do processo (iniciado na década de 1980) de etnogênese, de autoafirmação étnica e de luta relacionada à terra, envolvendo várias populações indígenas (inclusive os Pitaguarys) espalhadas por diversos municípios do estado do Ceará. Sublinhando a localização, a população, a situação concernente a terra e aos aspectos culturais, dando assim visibilidade aos povos indígenas na sociedade cearense.

Ressalte-se que o corpus bibliográfico aqui apontado – concernente à reparação histórico-cultural da presença expressiva indígena que foi negada no processo de formação étnico-racial do povo cearense, tornando-se senso comum bastante difundido, inclusive sendo propagada, durante muito tempo, pela historiografia regional oficial a “extinção” dos índios por meio da sua assimilação cultural – para o pressuposto da “invisibilidade” indígena no constructo étnico-racial do Ceará, como algo que possivelmente explicaria o inexpressivo percentual demográfico indígena em Maracanaú, se constitui apenas um ponto de partida de uma literatura bem mais ampla sobre essa temática e que será explorada no decorrer da pesquisa. A respeito das pesquisas nessa área é pertinente a seguinte observação:

A invisibilidade indígena no Nordeste, colocada em termos de extinção e de assimilação, vem sendo revista desde o projeto de pesquisa de José Augusto de Laranjeira Sampaio – ‘De Caboclo a Índio’. No caso do Ceará a perspectiva de Sylvia Porto Alegre se desenvolve a partir de 1992, conjugando projetos desenvolvidos na Universidade Federal do Ceará em consonância com o Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo [...] A constituição de uma identidade regional para o Ceará, pensada desde a segunda metade do século XIX, tem o seu duplo na ‘extinção’ indígena e na ‘ausência’ da população negra na formação étnica dos cearenses, o que me permite discutir a construção dessa invisibilidade (RATTS, 1998, p.109,110. Disponível em www.revistas.usp.br. Acesso: 6 de Maio de 2017).

No que se refere ainda à hipótese sugerida nessa pesquisa (exposta anteriormente) é importante pontuar que ela se consiste em uma proposição posto a prova e que será checado sua validade. Sendo nesse sentido “uma suposta resposta ao problema a ser investigado [...] e que será aceita ou rejeitada somente depois de devidamente testada.” (GIL, 2010, p. 40).

Nesse mesmo diapasão é pertinente salientar a dimensão ética na utilização de qualquer método, na qual se deve considerar “os dados e as relações para confrontar hipóteses e proposições com a realidade que se pretende observar, e não para confirmar o que já consideramos verdadeiro” (PIMENTA, 2013, p. 39).

1. A trilha da construção teórico-metodológica da pesquisa: paradigma, teoria e metodologia.

A princípio passaremos a apresentar o paradigma da pesquisa aqui pretendida. Ressalva-se que concordamos com a definição de paradigma apresentada por Pimenta (2013, p.138): “conjunto de princípios gerais de interpretação dos problemas a serem analisados e dos métodos adotados que se manifestam como alternativas a outros...” E em uma compreensão mais ampla, também nos identificamos com a seguinte afirmação: “[...] a influência de um paradigma é mais do que apenas uma orientação metodológica. É um meio para se compreender a realidade dando a ela significado e previsibilidade” (RIST, 1990 apud LADSON-BILLINGS, 2006, p. 268).

Quero pontuar que o fenômeno étnico-racial pesquisado será comtemplado na perspectiva da sua complexidade. Tendo como justificativa de tal escolha a complexificação da realidade em si. Sendo que esta realidade em si remete, de acordo com Pimenta (2013), ao todo, justificando assim a exigência da interdisciplinaridade. Nessa compreensão, o citado autor argumenta sobre a pesquisa interdisciplinar se fazer necessária na medida em que possibilita uma consciência de que “a realidade estudada é complexa, exigindo encontrar novos objetos científicos e novas metodologias” (2013, p. 143). Seguindo essa mesma linha de raciocínio, comenta-se também que a interdisciplinaridade proporciona “nova leitura da realidade, provavelmente mais holística, ampla e integrada” (PIMENTA, 2013 p. 144).

Para Morin (2013), nesse mesmo diapasão, o paradigma da complexidade postula que a complexificação dos fenômenos não é aparente, mas é real e que tem que ser vista não como um inimigo a ser eliminado e sim como um desafio a ser superado. Observa que é preciso evitar, por um lado, o reducionismo (que quer compreender o todo partindo só das qualidades das partes) e, por outro lado, o holísmo (que não é menos simplificador e que negligencia as partes para compreender o todo). “Pascal já dizia: ‘só posso compreender um todo se conheço, especificamente, as partes, mas só posso compreender as partes se conhecer o todo’” (MORIN, 2013, p.181, 182).

Nessa perspectiva, salientamos a necessidade de se analisar o fenômeno étnico-racial não apenas do ponto de vista dos fenótipos, ou do ponto de vista político, ou ainda do ponto de vista demográfico, mas, igualmente, considerá-los do ponto de vista social, histórico e cultural. Lembrando que o indivíduo autodeclarado branco, ou negro, ou pardo, ou indígena (ou de qualquer outra cor ou “raça”) – tendo como parâmetros a pigmentação da pele, os traços fisionômicos e os critérios políticos – também possui uma cultura e uma história de vida que estão, por sua vez, inseridas em uma realidade sócio-histórica local, regional e nacional. Por essa razão se diz que a realidade antropossocial é multidimensional, ou seja, precisa ser analisada em suas várias dimensões: social, biológica, econômica, psicológica, demográfica que correspondem às categorias disciplinares especializadas. Observa-se, porém, que não obstante ser necessário distingui-las de forma específica, deve-se evitar isolá-las e torná-las não comunicantes entre si, estabelecendo-se dessa forma a importância do conhecimento multidimensional (MORIN, 2013).

Seguindo adiante na construção do percurso teórico-metodológico, passamos agora para explanação de outra teoria que estruturará a nossa proposta de pesquisa. Como indicamos anteriormente (no início desse artigo), fundamentaremos nossa análise na Teoria Crítica da Raça – TCR: trazendo no seu bojo de reflexão os discursos racializados e as epistemologias étnicas. Ela surgiu em meados dos anos 1970 com Derrick Bell e Allan Freeman, “[...] os quais demonstraram uma profunda preocupação com a lentidão da reforma racial nos EUA” (DELGADO, 1995, apud LADSON-BILLINGS, 2006, p 265). A TCR analisa criticamente a racialização das identidades promovida pelos paradigmas dominantes (DENZIN e LINCOLN, 2006), propondo refletir sobre como o “[...] conhecimento das pessoas não-brancas a seu respeito, foi reprimido, distorcido e negado por uma lógica cultural euro-americana [...]” (LADSON-BILLINGS, 2006 p. 270). A premissa desse paradigma dominante fundamenta-se na noção gramsciana de hegemonia “para descrever a legitimidade contínua das estruturas opressivas da sociedade americana” (UNGER, 1983, apud LADSON-BILLINGS, 2006 p. 266). È importante lembrar que conforme essa noção de hegemonia, defendida por Antônio Gramsci, o poder dominante no século XX não é exercido simplesmente pela foça física, mas também por meio do controle social e psicológico – com o consentimento das pessoas dominadas (KINCHELOE e MCLAREN, 2006). Ressalta-se que essa lógica do paradigma eurocêntrico dominante resulta de uma postura epistemológica da hegemonia racial dos brancos sobre os negros – algo que se estabeleceu como um constructo social, não tendo nenhuma base biológica para esse conceito (LADSON-BILLINGS, 2006). Com efeito, a TCR parte da noção de que em decorrência de o racismo ter se naturalizado no tecido social americano, tornando-se normal para os indivíduos dessa sociedade, compete a aqueles que “[...] lutam pela justiça social [...] desmascarar e expor o racismo em todas as suas diversas permutações” (LADSON-BILLINGS, 2006, p. 266).

Ancorado na TCR, partindo do pressuposto de que o racismo também se transmuta no contexto de Maracanaú na forma da invisibilização indígena em seu constructo étnico-racial, procuraremos analisar criticamente os marcadores étnico-raciais utilizados pelos atores sociais deste município cearense na auto definição de sua pertença étnica. É oportuno nesse ponto esclarecer que com a TCR não se pretende aqui impor conceitos essencializados da condição “nativa-americana” (indígena) a indivíduos ou grupos específicos – fazendo o papel de procuradores daqueles que supõem pertencer a uma raça, a uma etnicidade ou a um grupo cultural particular –, mas apenas estabelecer uma análise, no que diz respeito ao modo como os paradigmas dominantes se desenvolveram e se estabeleceram. Ressalva-se que, ainda nesse viés teórico, apontamos também as Teorias da Etnicidade para ancorar nossa pesquisa, embora não sendo possível discorrer nesse texto sobre elas devido à limitação de espaço estabelecido pelas regras do evento.

O último passo na sequência da construção do caminho teórico-metodológico aqui estabelecido se consiste em explicitar a metodologia utilizada. Ressalva-se que o pesquisador das ciências sociais pode “trabalhar com vários métodos ao mesmo tempo, como a observação participante, a entrevista, a história de vida, a história oral – dependendo dos propósitos que tem em vista” (HAGUETTE, 2010, p. 95). No que se refere ao método dessa pesquisa – que visa analisar a formação étnico-racial de Maracanaú através da análise identitária dos seus sujeitos histórico-sociais a partir da perspectiva multidimensional (conforme indicamos anteriormente) – optamos pela história de vida e pela história oral como ferramentas de análise e de investigação para podermos, então, lançar um olhar para além dos fatores fenotípicos, políticos e demográficos norteadores desta questão. Salienta-se, segundo Haguette (2010), que estes são os métodos empregados mais frequentemente na análise de vida dos indivíduos, organizações ou mesmo de comunidades. Comentando sobre a utilização dos métodos qualitativos – no que tange a proporcionar uma compreensão mais profunda de certos fenômenos sociais – em determinadas situações, Lazarsfeld (1969) lembra-nos o quanto eles são eficazes “[...] para captar dados psicológicos que são reprimidos ou não facilmente articulados [...]” (apud HAGUETTE, 2010 p. 59). Cabe aqui também lembrar que uma das fundamentações teóricas dessa pesquisa (Teoria Crítica da Raça) se propõe a refletir sobre como o “[...] conhecimento das pessoas não-brancas a seu respeito, foi reprimido, distorcido e negado por uma lógica cultural euro-americana [...]” (LADSON-BILLINGS, 2006 p. 270 ). O que torna bastante viável o método qualitativo ( história de vida e história oral) que se pretende utilizar.

No que diz respeito à história de vida entendo que seja relevante destacar algumas de suas funções elencadas por Haguette ( 2010, p. 76,77):

A história de vida serve como ponto de referência para avaliar teorias que tratam do mesmo problema para cujo propósito as informações foram tomadas. Isto não significa que os resultados obtidos da análise daquela vida em particular tenham um caráter generalizante, mas que ela pode significar um caso negativo que eventualmente colocará sob suspeita a teoria em questão, levando a novos estudos [...] A história de vida também nos ajuda em áreas de pesquisa que tratam dela apenas tangencialmente [...] A história de vida, em virtude de sua riqueza de detalhes, pode ser importante naqueles momentos em que uma área de estudo torna-se estagnante por ter exaurido a busca de novas variáveis sem conseguir, com isto, incrementos de conhecimento. A história de vida pode sugerir novas variáveis, novas questões e novos processos que podem conduzir a uma reorientação da área [...] Por trás destas contribuições específicas que a história de vida é capaz de fornecer, jaz uma outra que é fundamental: ela pode, mais do que qualquer técnica, exceto talvez a observação participante, dar sentido à noção de "processo."

A partir destas funções da história de vida empregada como método, poderemos, por exemplo, “colocar sob suspeita” os dados demográficos sobre a composição étnica-racial de Maracanaú que apresentam um número relativamente pequeno de pessoas autodeclaradas indígenas. E, por conseguinte, contribuir com “novos estudos” no campo de pesquisa étnico-racial. Poderemos também aprofundar esta temática que, tomando como base somente os dados demográficos ou posicionamentos políticos, nos leva a uma abordagem “apenas tangencial.” Proporcionando assim uma “riqueza de detalhes” na busca de “novas variáveis” deste fenômeno social que pretendemos analisar – conduzindo-nos, de repente, até mesmo a uma “reorientação da área” da pesquisa. Poderemos ainda, nos valendo da história de vida, “dar sentido a noção de processo” que subjaz nas escolhas da pertença étnica-racial que aparecem nos censos demográficos ou mesmo nos posicionamentos políticos. Permitindo-nos através de uma compreensão intima da vida dos outros obter “[...] uma riqueza de detalhes sobre referido processo, cujo caráter só seríamos capazes de especular na ausência de uma técnica adequada” (HAGUETTE, 2010, p. 77).

No tocante ao outro método que intencionamos empregar, a história oral, pode ser definida como uma “[...] técnica de coleta de dados baseado no depoimento oral, gravado, obtido através da interação entre o especialista, ator social, ou testemunha de acontecimento relevante para a sociedade [...]” (HAGUETTE, 2010, p. 90). E que “[...] lança mão da memória como fator dinâmico na interação entre o passado e o presente [...]” (ibid., p. 88). Ela surge do interesse de “[...] evidenciar algum aspecto desconhecido ou nebuloso da realidade societal, considerado relevante” (ibid., p. 90). No entanto, a história oral possui suas limitações, como bem atenta Moss (1974):

'A memória não é simplesmente um reservatório passivo de dados, cujo conteúdo pode ser esvaziado e escrutinizado à vontade. Ela está empenhada e integrada com o presente - com atitudes, perspectivas e compreensões que mudam continuamente - trabalhando e retrabalhando os dados da experiência em novas reformulações, opiniões e, talvez, até novas criações (apud, HAGUETTE, 2010, p. 88).

Todavia – não obstante as dificuldades concernentes ao uso da memoria como ferramenta metodológica (interpretações anacrônicas do passado, lapsos, ideologias, pré-conceitos, depoimentos parciais e seletivos) – é possível checar as informações coletadas, “[...] confrontando-as com todos os dados disponíveis através de outras fontes” (HAGUETTE, 2010, p. 89). Alonso (2016) comunga com este mesmo pensamento afirmando que podemos contornar os percalços existentes na história oral por meio do exame de outras fontes, como, por exemplo, documentos, depoimentos de mais pessoas de determinada família ou se determinado grupo social (tipo de estudo denominado pela sociologia de prosopografia).

A partir dessa compreensão sobre a história oral pretende-se utilizar este instrumento de coleta e de análise para se obter, através da memória acessada dos atores sociais que fazem parte de Maracanaú , informações a respeito das suas linhagens familiares, analisando-as dentro do contexto maior que remeta à compreensão do processo de formação étnico-racial local e regional, pois “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS s/d apud MILYUS, 2000, p. 34).

Considerações finais

Pretendemos com a pesquisa aqui proposta contribuir para uma análise da formação étnico-racial local e, por conseguinte, regional. Ressaltamos que as ferramentas teóricas e metodológicas abordadas nesse texto nortearão a pesquisa de campo a ser realizada com os atores sociais de Maracanaú. Procurando assim, a partir do problema levantado (a discrepância entre os dados demográficos e a representação simbólica indígena), observar e analisar as conjecturas estabelecidas (a invisibilização do indígena como um processo sócio-histórico-ideológico que talvez esteja presente na construção étnico-racial deste município), dentro de uma perspectiva multidimensional, comparativa e crítica.

Assim posto, assinalamos a flexibilização dessa proposta teórica-metodológica, não se constituindo em um método pronto e definitivo, o que a torna passível de modificações no desenvolvimento das atividades de campo, das leituras temáticas e das leituras metodológicas a serem realizadas ao longo do exercício de investigação.

Referencias bibliográficas

**Livros, dissertações e TCC (S):**

ALONSO, Angela. In: ABDAL, Alexandre; OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos; GUEZZI, Daniela Ribas; JUNIOR, Jaime Santos (ORGS). **Método de pesquisa em Ciências Sociais** – Bloco Qualitativo**.** São Paulo: Sesc e CEBRAP, 2016, p. 8-21.

DANTE, Galeffi. In: MACEDO, Roberto Sidnei, PIMENTEL, Álamo. **Um rigor outro** – sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 13-64.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos de pesquisa social**. 6 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 12 ed. – Petrópolis, RJ: vozes, 2010.

HALBWACHS, Maurice. “A memória coletiva” apud MILYUS, Leandra. **A imagem que permanece, a narrativa que interpreta:** estudos antropológicos da memória afetiva da guardiã dos retratos de família**.** Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano de 2000, realizado sob orientação da Profa. Dra. Cornelia Eckert. p. 34. Disponível em : seer.ufrgs.br/iluminuras/article/viewFile/9179/5274. Acesso: 6 de Maio de 2017.

LADSON-BILLINGS, Glória, KINCHELOE, Joe. L e MCLAREN, Peter in: DENZIN, Norman K. , LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa** – teorias e abordagens.- Porto Alegra: Artmed, 2006, p. 259-281.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 15 ed. – Rio de Janeiro: Bretand Brasil, 2013.

**Sites**:

Disponível em:

Hhtp://www.cptec.inepe.br/;cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=231160

Hhtp://www.cptec.inepe.br/;cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=230765



1. Disponível em: Hhtp://www.cptec.inepe.br/ ; cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=230765. [↑](#footnote-ref-1)
2. Instituto Socioambiental, fundado para propor solução integrada a questões sociais e ambientais, tendo como um dos seus programas nacionais a produção, a análise e a difusão de informações qualificadas sobre os povos indígena no Brasil por meio de uma ampla rede de colaboradores que contribuem com pesquisas e artigos. [↑](#footnote-ref-2)